



Discursos sobre educação das relações étnico raciais nos planos de governo no município de Brumado/BA

Speeches on education of racial ethnic relations in government plans in the municipality of Brumado/ BA

Discursos sobre educación de relaciones raciales étnicas en planes de gobierno en el municipio de Brumado/ BA

Ana Cristina dos Santos Silva¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Benedito Gonçalves Eugênio²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

RESUMO

Neste artigo objetivamos compreender os sentidos e discursos de educação para as relações étnico-raciais presentes nas narrativas dos planos de governo dos candidatos eleitos no município de Brumado, no período compreendido entre 2013-2016 e 2017-2020. Para isso, valemo-nos da contribuição de Laclau e Mouffe e da noção de performatividade proposto por Stephen Ball. Concluímos que as relações étnico-raciais foram escamoteadas nos planos de governo analisados, pois nas propostas apresentadas elas são totalmente ignoradas, evidenciando que existe um racismo estrutural e institucional em suas condutas, já que não existe menção ao cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais; Sentidos; Discursos.

ABSTRACT

In this article we aim to understand the meanings and discourses of education for ethnic-racial relations present in the narratives of the government plans of the candidates elected in the municipality of Brumado, in the period between 2013-2016 and 2017-2020. For this, we use the contribution of Laclau and Mouffe and the notion of performativity proposed by Stephen Ball. We conclude that ethnic-racial relations were concealed in the government plans analyzed, as in the proposals presented they are totally ignored, showing that there is structural and institutional racism in their conduct, since there is no mention of compliance with Laws 10.639 / 03 and 11.645/08.

Keywords: Ethnic-racial relations; Senses; Speeches.

¹Doutoranda em Ensino do Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGEEn) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. <https://orcid.org/0000-0003-3499-1095> Endereço eletrônico: tinapeper13@gmail.com

² Professor Titular do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) e do Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGEEn) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. <https://orcid.org/0000-0002-5781-764X> Endereço eletrônico: benedito.eugenio@uesb.edu.br



RESUMEN

En este artículo buscamos comprender los significados y discursos de la educación para las relaciones étnico-raciales presentes en las narrativas de los planes de gobierno de los candidatos electos en el municipio de Brumado, en el período 2013-2016 y 2017-2020. Para ello, utilizamos el aporte de Laclau y Mouffe y la noción de performatividad propuesta por Stephen Ball. Concluimos que las relaciones étnico-raciales fueron encubiertas en los planes de gobierno analizados, ya que en las propuestas presentadas son totalmente ignoradas, mostrando que existe racismo estructural e institucional en su conducta, ya que no se menciona el cumplimiento de las Leyes 10.639 / 03 y 11.645 / 08.

Palabras clave: Relaciones étnico-raciales; Sentidos; Discursos.

Introdução

A Teoria do discurso, doravante TD, formulada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, embora seja oriunda do campo da ciência política e não tenha como campo de estudo a educação, é certamente uma ferramenta importante para que possamos, mediante as categorias acionadas por eles, compreender alguns processos sociais e políticos da nossa realidade, inclusive os processos relacionados à educação porque sob outros olhares e perspectivas nos fornecem subsídios importantes para tal.

Sob a ótica do pós-estruturalismo, na qual se assenta a presente teoria, a modernidade teria pretendido compreender o mundo como dotado de uma ordem que o pensamento racional, de modos distintos, extrairia desse mesmo mundo para dominá-lo, porém, a posição é de que só existe caos e os seres humanos é que tentam conferir ordem, racionalidade e lógica a esse caos (LOPES, 2018).

Partindo desse pressuposto é que nos aventuramos à compreensão desse caos, especificamente no campo educacional, no qual algumas das categorias de análise da Teoria do Discurso (TD), tais como hegemonia, poder, articulação, político, política e significante vazio, dentre outros, nos ajudam a compreender porque determinados conhecimentos prevalecem em detrimento a outros, no campo curricular. Destacamos, porém, que embora hegemônico num dado momento, esses conhecimentos não perdem o caráter de contingência e precariedade.

Neste sentido, Lopes (2018) argumenta que se considerado como dependente do contexto, o conhecimento é atravessado por falhas humanas e se assenta em relações de poder. Assim compreendemos porque o conhecimento está envolto em questões “de natureza



políticas, ideológicas e culturais e cada vez mais, ganham ênfases e limites a partir de demandas particulares que lutam por assumirem ainda que provisoriamente, a condição de universais” (SANTOS; RAMOS, 2013, p. 163).

Por isso mesmo, intentamos compreender neste artigo, os sentidos que a educação para as relações étnico-raciais assume nas narrativas apresentadas nos planos de governo de dois candidatos eleitos no município de Brumado/BA, nos anos de 2012 e 2016, considerando que numa perspectiva pós-estruturalista o discurso é compreendido para além das asserções explicitadas por cada um deles no plano de gestão, pois, os discursos não são entendidos:

Como afirmações individuais de sujeitos soberanos, mas sim como um conjunto de enunciações em um determinado contexto, analisadas como parte de um determinado discurso. Como efeito, o sujeito do discurso não é um sujeito absoluto – *cogito* cartesiano –, alguém que diz alguma coisa a partir de uma interioridade; trata-se antes de uma posição de sujeito diante de um determinado discurso (TEDESCHI; PAVAN, 2017, p. 778).

Desse modo, a atenção e cuidado do pesquisador devem ser redobrados ao se debruçar para compreender os discursos nos documentos analisados, pois eles estão impregnados de “ditos e não ditos”. Nesse caso, a investigação deu-se a partir da narrativa expressa no plano de governo apresentado pelos candidatos e registrado no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

É importante destacar que o que chamamos de plano de governo é um documento no qual os candidatos a cargos do Executivo (prefeito, governador e presidente) informam suas principais ideias e propostas para administrar o local que se propõem a governar. A apresentação do documento tem caráter obrigatório e está na lista de documentos que o candidato precisa enviar ao TSE, assim como a prestação de contas da campanha.

O candidato que não apresentar o seu plano de governo não é habilitado a participar da eleição. Essa obrigatoriedade foi incluída em 2009 na Lei 9.504/97, que regula as eleições. Porém, não são exigidos requisitos ou formatos específicos. Assim, cada plano de governo é feito com formas, ordens e tamanhos diferentes. É pois por acreditar que esse documento tem muito a nos dizer, que fizemos uma análise do discurso presentes nos planos de governo dos candidatos Aguiberto Lima Dias Partido Social Liberal (PSL) e Eduardo Lima Vasconcelos, Partido Socialista Brasileiro (PSB), eleitos respectivamente nos pleitos de 2012 e 2016,

recorte temporal da nossa pesquisa. Estamos considerando tais documentos como potenciais produtores de política curricular, tendo em vista que orientam a ação dos candidatos após eleitos.

Para tanto, consideramos o contexto político, os sujeitos e o discurso utilizado por eles, pois estes emanam significados potentes, especialmente se levarmos em consideração que sendo cumpridos ou não pelos candidatos, apontam para as possíveis propostas que serão tomadas enquanto prioridade na agenda dos eleitos, podendo repercutir na elaboração, estruturação e cumprimento de políticas que dizem respeito a educação e conseqüentemente ao currículo, objeto principal da nossa pesquisa.

Explicitamos que os planos de governo em nosso trabalho se constituíram enquanto documentos substanciais para as nossas análises, eles foram dispositivos que nos disseram mais do que imaginávamos, já que analisar uma política curricular nos impele a analisar outros textos que subjazem e podem refletir em cada uma delas, pois é importante que consideremos os “antecedentes e os contextos das políticas (contexto econômico e político, contexto social e cultural), incluindo os antecedentes históricos, as relações com outros textos e políticas e os efeitos a curto e longo prazos que as políticas podem gerar nas práticas” (TAYLOR, 1997 *apud* MAINARDES, *et al*, 2011, p. 158).

Por isso mesmo, ao tentar compreender os sentidos e discursos da política curricular para a educação das relações étnico-raciais na educação básica na rede municipal de Brumado no período de 2012-2020, tornou-se imperativo compreender como as políticas para a educação são pensadas por aqueles que foram eleitos democraticamente pela população para gerir a cidade. Assim cabe destacar que:

Educação e currículo se vinculam a projeção de identidades das futuras gerações, aos nossos filhos e filhas, e guarda forte vínculo com a tradição e a ideia de legado e solidariedade entre as gerações. Por meio do currículo e da educação de forma mais ampla, se espera poder garantir a permanência do que há de melhor na sociedade (LOPES, 2018, p. 146).



Documentos como esse são fundamentais para que possamos tecer algumas considerações e compreender como a educação foi e é pensada pelos governantes municipais, pois se reverberam nas políticas educacionais e particularmente nas curriculares.

Essas leituras nos possibilitaram uma compreensão do que as palavras quiseram expressar em cada um desses textos, uma vez que os discursos estão para além do que as palavras querem nos dizer. Assim, discutimos um pouco sobre as categorias de análises, citadas no texto que são fundamentais para a compreensão da empiria utilizada.

Destacamos, entretanto, que partindo de uma perspectiva discursiva, os textos podem ser considerados como legíveis e ilegíveis, “não por uma escolha de quem os escreve ou por uma característica intrínseca ao modo de estruturar a escrita, mas porque há linguagem, excesso de enunciação e certamente, intervenção do sujeito” (LOPES, 2018, p. 135). Deste modo, aqui apresentamos uma análise, sem a pretensão de torná-la única, tampouco consensual, considerando que as leituras e interpretações são geralmente precárias.

1. Metodologia

Este artigo está inserido no campo da pesquisa qualitativa, do tipo documental. Os documentos analisados são os planos de governo ao executivo municipal nos pleitos de 2012 e 2016 no município de Brumado. A pesquisa qualitativa se entrelaça positivamente com a teoria do discurso, com a qual operamos neste texto, tendo em vista que a desconstrução de discursos que pretendem se hegemonizar no campo da discursividade é um caminho para leituras outras que disputam sentidos no social.

Para as análises, fizemos uma leitura pormenorizada dos planos de governo dos dois últimos prefeitos eleitos da cidade de Brumado-BA, buscando, ainda que provisoriamente, desconstruir discursos ali presentes. Para melhor compreensão dos dados obtidos, além da Teoria do discurso de Laclau e Mouffe, utilizamos ainda as contribuições de Ball a respeito das noções de performatividade.

2. Conversando sobre política/político e hegemonia com a Teoria do Discurso

Realizar uma análise do social, utilizando a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, é uma empreitada desafiadora e altamente instigante, uma vez que ao acionarmos uma ou algumas das categorias de análise utilizadas por eles, compreendemos que todas elas estão imbricadas, e o nosso esforço é justamente acioná-las, sem, no entanto cairmos na armadilha conceitual de enquadrarmos um determinado momento social e político em uma delas como momentos estanques já que a própria teoria nos indica os quão contingentes e precárias são essas relações sociais.

Neste texto, acionamos algumas categorias como política e político com o intuito de que elas nos ajudassem a compreender o texto analisado. Mouffe (2005) nos auxilia nessa compreensão ao afirmar que o político é uma das dimensões do antagonismo e é inerente às relações humanas, ou seja, são intrínsecos a ela. Enquanto a política se refere ao conjunto de práticas, discursos e instituições que organizam essas relações, afetadas pelo político, por isso mesmo permeada por conflitos aos quais a autora se refere com o binarismo “nós” em oposição a “eles”, segundo Laclau:

Na relação antagonica, “nós” contra “eles”, forma usual de expressar lutas políticas diferentes, o antagonismo não é decorrente de identidades previamente constituídas que se negam. As identificações de quem somos nós e quem são eles se constituem pela relação antagonica; as identidades em uma relação antagonica são interdependentes e estabelecidas em decorrência da contraposição mútua e constitutiva: só posso afirmar que algo ameaça certa identidade se simultaneamente afirmar a existência dessa mesma identidade. (LACLAU apud LOPES, 2018, p. 145).

Mouffe advoga que a superação desse binômio é uma impossibilidade, porém há que se estabelecer essa oposição de um modo que seja compatível com uma política democrática. É pois, com o auxílio da TD que nos debruçamos sobre o político e a política no município de Brumado, realizando uma breve retomada da história política na cidade, numa tentativa, sempre, provisória de tentar compreender como o político interfere na política e como estas relações impactam a educação, pois todo regime é o resultado de decisões políticas, tomadas num terreno indecidível, o que significa que outras decisões poderiam ter tido lugar, mas o

caráter provisório da história é justamente o que permite que determinadas possibilidades sejam excluídas (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 22).

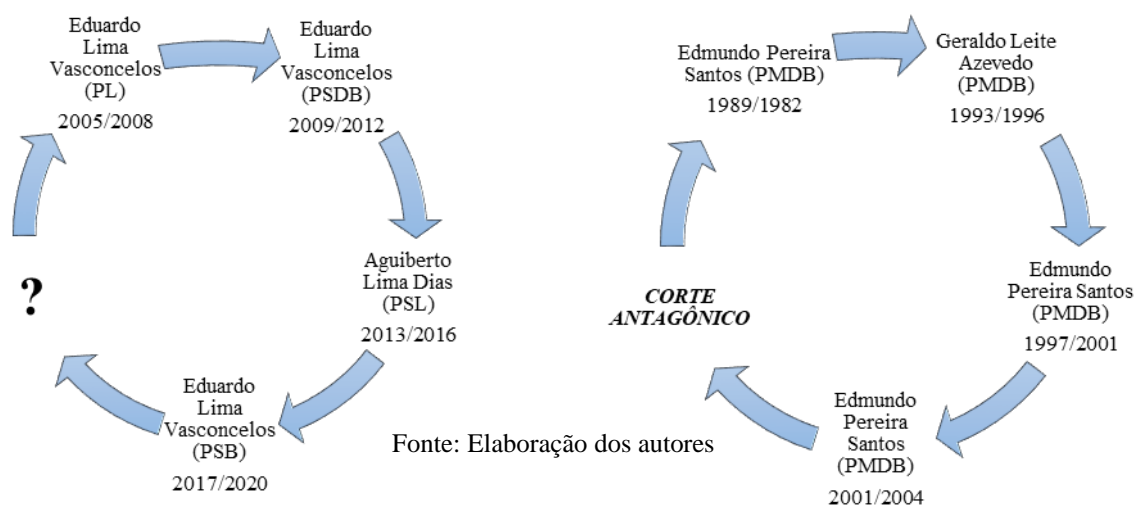
Acionamos ainda a categoria do discurso, que para Laclau e Mouffe (2015) se compõe por elementos linguísticos e não linguísticos justapostos, sendo, portanto, uma espécie de arena na qual a realidade se constitui. Toma-se como ponto de partida, ainda, a ideia de que é a linguagem que constrói a realidade.

Na breve retrospectiva do cenário político em Brumado, logo a seguir, explicitamos ainda a noção de hegemonia a partir das movimentações político partidárias, bem como a noção de ponto nodal e corte antagônico.

3. Retrospectiva do cenário político no município de Brumado/BA

Para uma melhor compreensão do cenário político no município de Brumado no período de 2012 a 2016, faz-se necessário realizarmos uma breve retrospectiva da (não) alternância de poder na cidade, que faremos na ilustração a seguir:

Figura 1: A política em ciclos



Como podemos constatar na figura 1, o atual prefeito, Eduardo Lima Vasconcelos, governou a cidade do ano de 2005 a 2008, momento em que vários grupos se aglutinaram em torno de sua candidatura, tendo como ponto nodal a demanda por mudança, uma vez que o

grupo anterior, liderado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), hoje Movimento Democrático Brasileiro (MDB), já governara a cidade durante dezesseis anos.

Para uma melhor compreensão desse fenômeno, podemos dizer, resumidamente, que os elementos que estão dispersos se unem em volta de um ponto nodal, em oposição a outro discurso. Desse modo, essa hegemonia forma-se em decorrência das particularidades que se transformam em uma representação, uma identidade (representação de poder) universal que busca ser plena e se preencher de sentido. Com isso, em regras gerais, têm-se duas condições fundamentais para a formação de um discurso: primeiro, uma relação articulatória e, segundo uma relação antagônica entre um discurso hegemônico e outro contra hegemônico. Isso mostra que a política é caracterizada pela falta de consenso, pois não havendo oposição, não há antagonismo e assim, não há discurso.

A construção da discursividade se dá na dimensão política, na qual os discursos contingentes estão em constante busca da hegemonização (significante vazio, ponto nodal) e de uma totalidade que se constituirá sempre falha e precária de sentido (COELHO, 2017, p. 44).

A insatisfação popular pelo grupo anterior, já desgastada pela sucessiva permanência deste no poder, foi o corte antagônico que proporcionou a Vasconcelos a vitória político/partidária nesse momento. Ele fora eleito pelo Partido Liberal (PL), um partido de centro-direita, que tem como filosofia o conservadorismo liberal. Já nas eleições de 2008, fora reeleito, dessa vez pelo Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB), um partido de direita e trouxe como lema “A força do trabalho”, governando a cidade de 2009 a 2012, demonstrando assim que aparentemente o seu discurso se hegemonizou.

Embora aponte para uma hegemonia nesse contexto, a TD nos ajuda a compreender que:



A noção de hegemonia, para além de somente caracterizar relações de ordem, (...) pode também servir como peça fundamental para análises de períodos em que as próprias noções de ordem política, institucional ou até mesmo de ordem democrática, não estão claramente dadas, ou devidamente hegemonizadas, pelos sujeitos políticos em disputa. Utilizar, nestes casos, a noção de hegemonia como ferramenta de análise sugere uma importante inversão. Assim, não se utiliza tal noção para descrever ou enquadrar um determinado momento político hegemônico; pelo contrário, a análise pode ser realizada para demonstrar o quão ausente é a ordem do momento em questão: o quanto os sujeitos políticos desrespeitam os fracos liames institucionais de determinados regimes políticos desacreditados por eles (MENDONÇA, 2007, p. 251).

Assim, a ideia de hegemonia nos direciona para o conceito de falta constitutiva, que é justamente compreender que as identidades são constituídas de forma incompleta. Desse modo, hegemonia pode ser entendida como uma relação em que um conteúdo particular assume, num certo contexto, a função de encarnar uma plenitude ausente (LACLAU, 2002).

Cabe destacar que tanto nas eleições de 2004, assim como nas eleições de 2008, embora incorporasse o discurso da mudança, no primeiro pleito o então candidato utilizou como estratégia para angariar mais votos trazer para sua base governista figuras importantes do cenário político brumadense que faziam parte do governo anterior ao seu, o que deixa brechas para inferirmos que o discurso da mudança apresentava fragilidades.

A mudança apresentada por ele, dizia respeito a buscar pessoas diferentes para ajudá-lo a gerir a cidade como uma das ações para modificar as questões sociais e econômicas do município, que o grupo anterior, segundo a sua avaliação, não foi capaz de realizar. Dentre essas ações, algumas significativas merecem destaque e uma reflexão mais aprofundada como por exemplo, a nucleação das escolas do campo, a transformação de todas as escolas para o tempo integral e a militarização de algumas delas, especialmente as dos bairros periféricos, o que de fato foi feito posteriormente nas gestões subsequentes.

Percebe-se o quão frágil e instável esse cenário político se apresenta para nós: o discurso é de mudança, no entanto, essa mudança não foi alcançada com a ruptura total com o grupo anterior; ao contrário, ela é alcançada justamente com a permanência de pessoas e discursos do grupo anterior que causaram o corte antagônico.

Impedido pela constituição federal de disputar a eleição como prefeito por mais uma vez, ele escolhe dentre os seus correligionários Aguiberto Lima Dias, filiado ao PSL, que consegue se eleger com o lema “O trabalho continua”. O campo político em Brumado se

reveza, há dezesseis anos, com esse grupo político, liderado pelo atual prefeito, e como o próprio slogan da campanha faz alusão, haveria uma “continuidade” do trabalho iniciado pela gestão anterior.

Nas palavras de Bourdieu (2010, p.164), o campo político pode ser “entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”, o que nos leva a inferir que esse grupo social, através de uma articulação discursiva se hegemônizou, destacando, porém, que tornar-se hegemônico difere de dominação total, dado o caráter contingente e precário assumido pela teoria do discurso.

Valendo-nos ainda da afirmação de Bourdieu (2010), cabe destacar que como campo de forças e lutas, o campo político é constituído de relações de poder e estas se modificam, são deslocadas, assim, seu pensamento, neste contexto coaduna com as ideias empreendidas pela teoria do discurso, pois:

A falta de fixidez em relação ao político revela-se no fato de que as relações de poder são sempre constituidoras das próprias relações sociais. Tais relações – evidentemente sempre instáveis, visto a constante possibilidade de serem revertidas, uma vez que um grupo político que hoje detém a força política hegemônica, não quer dizer que a manterá para sempre – são precárias e contingentes. A vontade política é alcançada sempre por meio da força, da disputa, seja agônica, seja antagonica. Consensos sociais são possíveis, mas nunca eternos: podem futuramente ser desprezados e desrespeitados mesmo pelos próprios sujeitos políticos que outrora os celebraram. (MENDONÇA, 2007, p.250)

Assim, embora de campos teóricos e epistemológicos distintos, em uma perspectiva pluralista de análise da política curricular o emprego de referenciais de paradigmas epistemológicos diferentes é acionado para a compreensão do objeto.



4. Análise do Plano de governo do candidato eleito Aguiberto Lima Dias (2013/2016)

Eleito pelo PSL, o então candidato, Aguiberto Lima Dias tinha como tema de campanha “O trabalho continua”. O seu plano de governo fora dividido em doze itens, tendo a educação como o primeiro a figurar, cronologicamente, item esse que será abordado no decorrer do texto, dado a relação com o trabalho a ser apresentado.

Destacamos que embora a educação seja o primeiro item em destaque, se considerarmos a quantidade de proposições no item que se refere à inclusão social, este aparenta ser a prioridade da agenda política do candidato, tendo vinte e três abordagens, e não a educação, que aparece em segundo plano, com dezessete abordagens. Analisemos uma dessas proposições:

Educação:

Eliminar o déficit de vagas para os alunos da rede pública municipal e, via de consequência, zerar o índice de analfabetismo entre crianças em idade escolar; Aprimorar os programas de alfabetização de jovens e adultos; Estabelecer um padrão de qualidade na rede municipal de educação, de forma a garantir o bom atendimento a todos os alunos, sem restrição. (DIAS, 2012, p. 1).

Inicialmente já pudemos destacar o discurso da performatividade quando o então candidato, afirma como uma das suas propostas, “estabelecer um padrão de qualidade”. Há que se dizer que esse não é um discurso presente apenas no município de Brumado. A performatividade se alastra pelo mundo como uma epidemia política, sustentada por agentes poderosos, tais como o Banco Mundial e a OCDE – Organização para cooperação e desenvolvimento econômico. E está presente nos documentos estaduais e federais que, por conseguinte orientam os municipais. Vejamos exemplo disso em alguns trechos do Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual de Educação (PEE), respectivamente:

Meta 7 do PNE: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Meta 7 do PEE: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, tendo como parâmetro o avanço dos indicadores de fluxo revelados pelo Censo Escolar e dos **indicadores de resultados de desempenho em exames padronizados, nos termos da metodologia do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.**

Art. 4º - A execução do PEE-BA: o alcance de suas diretrizes e a eficácia de suas metas e estratégias serão objeto de processo **de monitoramento contínuo e avaliações periódicas** (...) § 1º - Compete, ainda, às instâncias referidas no *caput* deste artigo: divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da *internet*.

Esses são apenas alguns dos trechos breves, que denotam que a busca pela qualidade da educação se relaciona com a busca por índices numéricos, que não levam em consideração as especificidades de cada região, estado ou município.

É a performatividade se fazendo presente e ela é alcançada justamente, ao publicar as informações e os indicadores, além da confecção e distribuição de materiais institucionais de caráter promocional, como mecanismos para estimular, julgar e comparar os profissionais de acordo com os resultados alcançados, diferenciando-os e classificando-os, entre bons ou ruins, o que caracteriza o seu caráter de perversidade (BALL, 2002).

A performatividade é um modo de regulação, no qual o desempenho dos sujeitos serve como medidas de produtividade e rendimento, ou mostras de "qualidade" (BALL, 2002, p. 03). Poderíamos de modo simples, nos remeter ainda as palavras como economia, competitividade e controle. O conhecimento é transformado em mercadoria, os agentes desse conhecimento, como os professores e gestores escolares estão sob constante vigilância e precisam apresentar resultados satisfatórios que na maioria das vezes são transformados e expostos em rankings, ao que Ball (2002) nomeia como “os terrores (soft e hard) de desempenho e eficiência” – o que significa: “seja operacional (ou seja, comensurável) ou desapareça”.

Empregando os conceitos da Teoria do Discurso, poderíamos inferir ainda que o discurso da qualidade da educação tornou-se hegemônico, visto que ele pode ser considerado lugar comum na fala de pais, professores e especialmente dos políticos em épocas de campanhas eleitorais.



Podemos considerá-lo ainda como um significante vazio, que é um termo que pode ter tantos significados embutidos em si que acaba perdendo a possibilidade de fechamento final de um discurso. Para Lopes (2018), dialogando com Laclau em suas proposições a respeito do currículo, os significantes vazios expressam a necessidade de constituir um objeto ou um fenômeno, que são necessários e eu diria, imprescindíveis à luta política e que estão encobertos pela impossibilidade de serem constituídos de forma plena.

Para que uma sociedade, por exemplo, se identifique com a luta pela qualidade da educação e pela justiça social, os limites da objetividade dessa qualidade devem ser borrados e imprecisos. Caso assim não seja o envolvimento em sua defesa não será tão amplo. Outro recorte do discurso presente no plano de governo nos conduz a refletir acerca da avaliação, que para Cunha (2013) é essencialmente política, pertence à esfera de luta e disputa do poder, quando estabelece valores, significa práticas e sujeitos: a avaliação é política. Vejamos:

Ampliar o acesso aos meios de comunicação via *internet* nas escolas municipais, para aperfeiçoamento dos conhecimentos de informática, juntamente com a formação permanente e a valorização dos educadores, a reorientação curricular e os *métodos de avaliação* como aspectos indissociáveis do processo educacional (DIAS, 2012, p. 1).

A formação permanente e a indissociabilidade da avaliação no processo educacional citada no documento, nos leva a inferir que esse discurso produz sentidos e aqui nesse contexto podemos dizer que ele nos dá pistas que reafirmam o discurso da performatividade, em que ensinar, aprender e avaliar não se dissociam, numa referência à mercantilização do processo de aprendizagem.

De acordo com Ball (2004), tanto o ensino como a aprendizagem, tomados por ele, como indissociáveis nesse contexto, se reduzem a processos que cumprem apenas objetivos mercadológicos ao serem compreendidos enquanto transferência de um controle de qualidade e nós acrescentaríamos ainda, o controle daquilo que deve ser ensinado, como, e ainda para quem deve ser ensinado.

A tentativa empreendida na análise desse material empírico nos direciona a perceber ainda, quais os sentidos de educação para relações étnico-raciais são apresentados no discurso dos candidatos, nesse discurso em específico, o plano de governo trata da diversidade.

Há que se dizer que encontramos nesse discurso um paradoxo, pois essas questões são levantadas pelo então candidato, porém num campo que poderíamos classificar como deslocado, uma vez que o debate sobre questões raciais, homofobia e o enfrentamento a violência são categorizados no campo social, como podemos constatar logo a seguir:

Inclusão Social:

(...) Elaborar ações e programas regionais voltados à diversidade, dirigidos a grupos específicos, como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres e negros; Potencializar as ações contra homofobia, racismo, discriminação contra a mulher, etc; Realizar formação permanente dos servidores nas questões relacionadas aos direitos humanos, visando um atendimento que elimine qualquer manifestação de discriminação; Garantir acesso e permanência aos representantes das religiões de matriz africana nos hospitais e funerárias, sem restrições às indumentárias próprias; Promover ações que valorizem a cultura negra, contribuindo com o debate sobre o enfrentamento à intolerância (DIAS, 2012, p.6).

Visto que nos últimos anos os discursos antidemocráticos e o conservadorismo atingem não só a democracia brasileira como a de outros tantos países do mundo, ponderamos que nos causa surpresa vislumbrar nesse plano de governo temáticas relacionadas com o combate ao racismo, à intolerância e à homofobia, uma vez que visto que nos últimos anos, os discursos antidemocráticos e o conservadorismo que atingem a democracia brasileira têm avançado de forma constante e contundente, fatos esses que podem ser constatados nas discussões que aconteceram na Câmara dos Deputados em 2011, a respeito do chamado “kit gay, a mobilização para a retirada das discussões de gênero e sexualidades do Plano Nacional de Educação (PNE), o movimento Escola sem Partido, dentre outros.

Ao apresentar um mapeamento do agravamento e expansão do conservadorismo na América Latina, Correa (2017) aponta que o surgimento dessas posturas conservadoras ocorreu justamente entre 2012 e 2014, citando como um dos exemplos, o Brasil e o Paraguai, países onde os ataques aos Planos Nacionais de Educação eclodiram fortemente, exigindo a retirada de qualquer menção às questões de gênero, por exemplo. Daí, portanto a nossa surpresa a sua inclusão neste plano de governo, ainda que superficialmente e de maneira deslocada.

A Teoria do Discurso nos ajuda na compreensão de fenômenos como esse ao inferir que a “significação social de projetos políticos conservadores nunca será 100% aceita, já que



o antagonismo é necessário para a constituição do próprio discurso que o sustenta. Desse modo, outros agentes sociais estarão sempre se articulando em busca de uma nova hegemonia” (CRUZ; MACEDO, 2019, p. 18).

Neste ponto somos chamados ainda à reflexão para compreender o que faz com que as questões étnico-raciais sejam tratadas, ou mencionadas na área social e não na área educacional, uma vez que a educação é um dos mecanismos mais importantes, se não o mais decisivo para atender as discussões relativas a essa temática.

Sabemos que esse é um desafio a ser enfrentado, seja pelos governantes, seja pela sociedade de modo geral, já que as discussões que se relacionam as questões étnico-raciais no Brasil estão assentadas num discurso baseado na ideia de que vivemos em uma democracia racial. Assim sendo, “trata-se, pois, na democracia racial brasileira de impedir que as relações étnico-raciais se apresentem como relações políticas nos espaços de debate público, nos discursos formais e institucionais de forma explícita.” (JUNIOR, 2006, p. 26). Ou seja, trata-se de excluir a discussão racial do debate público.

Esse deslocamento no tratamento das questões étnico-raciais, do campo educacional para o campo social, nos leva a inferir que há um desconhecimento, por parte do candidato, da Lei 11.645/08, que traz como obrigatoriedade a inclusão no currículo oficial da rede de ensino, a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, mais que isso, demonstra uma concepção de que o racismo é uma questão individual ou que diz respeito a um grupo específico. Cabe ressaltar que o enfrentamento do racismo diz respeito a todas as pessoas, indistintamente. Para Carneiro (2011, p. 161) para que o Brasil consiga romper com essa estrutura, faz-se necessário romper, especialmente com os eufemismos ou silêncios que historicamente vem mascarando as desigualdades raciais e por isso mesmo, postergando o seu real enfrentamento. A absoluta maioria dos excluídos tem cor e sexo e a política social tem de expressar essas dimensões.

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, como no caso do Brasil, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial facilmente irão reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais”, e isso é o que geralmente acontece nos governos, empresas em que não há espaço ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais (ALMEIDA, 2020).

5. Análise do Plano de governo do candidato eleito Eduardo Lima Vasconcelos (2017/2020)

Vejamos uma síntese do plano de governo do candidato Eduardo Lima Vasconcelos, eleito no pleito de 2016, pelo PSB, que tinha como tema de campanha *Brumado acima de tudo*. O documento é aberto com a seguinte frase: “Eu dormia e sonhava que a vida fosse só alegrias. Acordei e vi que a vida era trabalho. Trabalhei e vi que o trabalho só traz alegria” (VASCONCELOS, 2016). Esta frase esta contextualizada na apresentação do documento:

Trata-se de um plano de governo que está em construção para atender aos reclames do povo de Brumado, em busca de uma cidade melhor para se viver, *tendo como mola propulsora a força do trabalho e alegria proporcionada com a sua execução*. Este documento foi produzido, após ouvir várias pessoas e observar os aspectos que mais merecia atenção objetivando colocar “Brumado Acima de Tudo”. (VASCONCELOS, 2016, p.1).

O trabalho e a execução dele são sinônimos de alegria, expressos na frase acima. No que se refere à educação, fizemos uma correspondência com outro trecho, onde nos parece que execução se desdobra na ação de construir e/ou ampliar espaços físicos:

Reestruturação da rede física escolar

Foram muitas construções de escolas e salas de aula, além de demais reformas na rede física escolar do município, inclusive com construções de quadras, posição de telhas termo acústica e outros benefícios. No entanto, com a necessidade de reformatação da rede para implantação do Plano de Carreira dos Professores haverá a necessidade de readequações e aquisição de materiais/equipamentos para melhor conforto e aprendizagem do alunado.” (VASCONCELOS, 2016, p.2).

O prefeito municipal tem sua gestão marcada pelo número excessivo de ampliação e construção de prédios escolares, tanto na zona rural como na urbana, o que pode ser constatado no diário oficial ou mesmo nos blogs locais e páginas da prefeitura, onde as inaugurações de tais construções e/ou ampliações são divulgadas.

No trecho destacado acima, podemos notar ainda um apagamento do professor ao relacionar a aquisição de materiais e equipamentos para melhor aprendizado e conforto do aluno, como se a presença dos insumos prescindisse da ação docente.

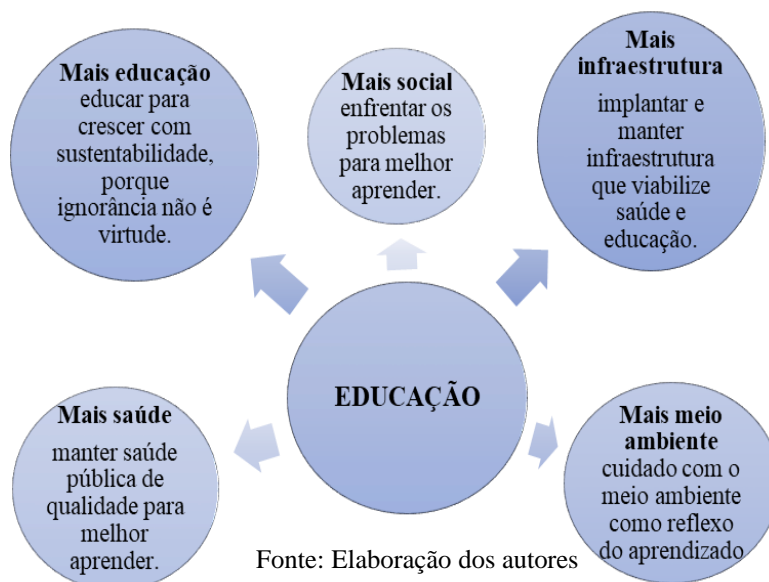


A sua retórica está fundamentalmente calcada no significante educação, que aparece ao longo do seu discurso por nove vezes, das mais variadas formas e em diversos contextos. De acordo com Vasconcelos (2016), o pilar do seu programa de governo é a educação “*haja vista a identificação da necessidade de “educar para crescer com sustentabilidade porque ignorância não é virtude”*”.

Porém, a figura do professor é praticamente invisibilizada, aparecendo apenas em um momento de forma genérica e superficial ao se referir à implantação do Plano de Carreira. Ora, sabendo que o componente primordial da essência docente é o conhecimento e este é quem promove a ciência e o desenvolvimento de uma nação em vários aspectos, acreditamos que a professora (o) exerce uma função que é central para a educação.

Embora não seja a única (o), ela (e) ainda é um dos elementos que facilita a interlocução do conhecimento entre as alunas e alunos, daí, portanto considerarmos com o central o papel desempenhado por ela (e), sem que, no entanto seja colocada como exclusividade a responsabilidade neste processo que é complexo e demanda a colaboração ativa de outros agentes, sendo esta uma discussão mais ampla e que cabe aprofundamento, porém em um outro momento ou estudo. Feita as devidas considerações sobre a centralidade do papel desempenhado pelas professoras (es), vejamos na ilustração que se segue como o candidato estruturou o seu discurso:

Figura 2: Discursos do plano de governo



Dessa forma, podemos observar que são acionados os significantes saúde, meio ambiente, infraestrutura e o social com a ideia de representar ou mesmo significar o termo educação, que nesse contexto demonstra não ter uma significação exata, devido ao discurso que gravita em seu entorno, o que de certa forma, acaba borrando o seu significado último, o que o torna um significante vazio, que “consiste na confluência de múltiplos significados em um discurso, a ponto de tal discurso perder seu sentido específico justamente pelo excesso de significações incorporadas.

Vejam os outros tópicos da proposta de governo no qual o candidato faz referência à implantação das escolas em tempo integral:

Ensino fundamental com escola em tempo integral.

Implantou-se no município de Brumado projeto significativo em que os alunos ficavam em tempo integral dentro das escolas com acompanhamento na área cognitiva e de lazer, além do asseio e alimentação, buscando maior *eficiência* no aprendizado. O presente programa de governo visa resgatar alguns aspectos fortes no desenvolvimento deste projeto, bem como ampliá-lo para uma maior assistência e cobertura. (VASCONCELOS, 2016, p. 1).

O Município de Brumado avançou no *índice de avaliação de desenvolvimento educacional*, também, com a implantação do projeto de escolas em tempo integral da rede municipal. Com isso, pretende-se desenvolver parcerias com o governo do Estado da Bahia para que as escolas de ensino médio, igualmente, passem para o contexto de tempo integral.

Em ambos os trechos, destacamos a referência feita à implantação da escola em tempo integral como sinônimo de *eficiência* do aprendizado comprovada com o avanço do índice de avaliação do desenvolvimento educacional, em uma referência ao IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Esse é um discurso que nos conduz a retomar os conceitos abordados por Ball (2004) que se relacionam com os pressupostos da reforma para a educação que estabeleceram algumas prioridades, dentre elas a performatividade, que se sustenta no discurso da qualidade, responsabilidade, eficiência e competitividade. “A reforma da educação, nesta direção, é concebida como uma das fundamentais reformas para a modernização produtiva da economia brasileira” (CUNHA, 2013).

O discurso acima se alinha ao discurso presente na gestão anterior, com um diferencial que foi a proposição e execução do projeto que instituiu o décimo quarto salário para as



escolas que alcançassem melhor desempenho no IDEB, momento em que professores, equipe diretiva e demais funcionários receberiam esse abono, coadunando assim com as perspectivas neoliberais da educação. Neste aspecto, a performatividade tem papel crucial no desempenho e efetivação de políticas como essa, pois:

Ela funciona de diversas maneiras para “atar as coisas” e reelaborá-las. Ela facilita o papel de monitoramento do Estado, “que governa a distância” – “governando sem governo”. Ela permite que o Estado se insira profundamente nas culturas, práticas e subjetividades das instituições do setor público e de seus trabalhadores, sem parecer fazê-lo. Ela (performatividade) muda o que ele “indica”, muda significados, produz novos perfis e garante o “alinhamento”. Ela objetifica e mercantiliza o trabalho do setor público, e o trabalho com conhecimento (*knowledge-work*) das instituições educativas transformam-se em “resultados”, “níveis de desempenho”, “formas de qualidade”. Os discursos da responsabilidade (*accountability*), da melhoria, da qualidade e da eficiência que circundam e acompanham essas objetivações tornam as práticas existentes frágeis e indefensáveis – a mudança torna-se inevitável e irresistível, mais particularmente quando os incentivos estão vinculados às medidas de desempenho (BALL, 2004, p. 1116).

Ainda de acordo com o pensamento de Ball (2005), a performatividade interfere no modo de agir e pensar dos professores, pois ela inibe a solidariedade entre os pares, toca na reflexão ética, na subjetividade e no ato de ensinar, pois maximiza a busca incansável por resultados. O autor argumenta ainda, que a reforma da educação tem o poder devastador de reformar o ser professor, pois mexe com o que nós somos e fazemos. A reforma não muda apenas o que nós fazemos. Muda também quem nós somos — a nossa "identidade social".

Cabe destacar ainda que o ranqueamento dos índices de avaliação por escola, amplamente divulgado em redes sociais, em blogs e espaços públicos do município, gerou um mal-estar entre os educadores e uma busca frenética dos pais pela “melhor escola”.

Torna-se constante a busca pelos melhores índices e por uma perfeição que obviamente não existe. A necessidade e a pressão para que esta ou aquela escola seja a melhor traz aos educadores uma sensação de impotência e cobrança que, por vezes, torna-se insuportável é um peso que depositado sobre seus ombros exige uma estrutura óssea que poucos têm – quase sempre causando estresse, doença e desgaste (BALL, 2005).

Essa corrida por melhores posições no IDEB, ou a busca por premiações, como o recebimento do décimo quarto salário, implantado em alguns municípios baianos, inclusive na

cidade lócus da nossa pesquisa, tira o foco de um dos objetivos primeiros da docência que é trabalhar também com a formação humana.

Considerações finais

Consideramos relevante o que os discursos expressos nos documentos analisados em nossa pesquisa nos dizem. E mais importante do que o que eles nos dizem é o que eles deixam de nos dizer, sejam por intermédio dos silenciamentos ou até mesmo de discursos implícitos, sejam por falta de conhecimento sobre determinados assuntos, ou mesmo por puro desinteresse ou descaso em tratar sobre assuntos tão caros como a educação e no nosso caso, a educação para as relações étnico-raciais.

Defendemos neste artigo a relevância de analisarmos os discursos expressos nos planos de governo, considerando que permitem compreender os sentidos e discursos da política curricular para a educação das relações étnico-raciais na educação básica na rede municipal de Brumado no período de 2012-2020 em cada um deles, um desdobramento da nossa pesquisa.

Concebemos que esses discursos tem potencialidade, ainda que provisórias para influenciarem as políticas relacionadas à educação municipal, uma vez que os planos de governo, a priori, reverberam os possíveis caminhos que serão traçados pelos políticos nos município, quando eleitos. Ao realizarmos uma breve retrospectiva da movimentação política na cidade de Brumado/BA, percebemos que o município teve, de forma hegemônica e precária, por dezesseis anos, um único grupo político à frente do município, após uma ruptura desse ciclo, identificamos que o grupo seguinte também de forma hegemônica e precária, comanda o destino da política do município, por um período igual, demonstrando assim uma certa regularidade de tempo de políticos que se mantém no poder, aqui por nós entendidos como pessoas que se candidataram e foram eleitas pelo voto popular.

Notadamente, percebemos que no texto político do candidato eleito em 2012, há uma menção sobre a diversidade, assim como a necessidade de se trabalhar com questões que combatam práticas de violência, intolerância ou discriminação contra negros, mulheres e



crianças, no entanto é válido destacar que essas proposições ganham destaque na área social e não na área educacional, como era de se esperar, uma vez que temos legislação que tratam sobre o tema, como a lei 11.645/08, já citada por nós no decorrer do trabalho, desse modo, escamotear ou silenciar o debate sobre as relações étnico-raciais apenas reforça a ideia de que as instituições ainda não tratam de maneira seria e ativa tais questões. Lembramos que em uma sociedade onde o racismo está presente, como na sociedade brasileira, as instituições que não debatem e tratam sobre, facilmente irão reproduzir as práticas racistas já tidas como normais em toda a sociedade, e é o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaço ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais, por exemplo. (ALMEIDA, 2020, p. 48)

Tanto o plano de governo de 2012, como o de 2016 versam sobre a qualidade da educação, identificada por nós, numa leitura provisória, como uma forma de responsabilização do educador para que ela se efetive e se desdobre em indicadores, recaindo no que Ball trata como performatividade, que em poucas palavras, nos remete a ideia de ranqueamento, responsabilização, índices, economia e no limite, reformula e remodela o ser professor e em muitos casos contribuindo para um adoecimento e frustração do docente, por se sentir incapaz de ser o professor requerido pela lógica gerencialista e economicista da educação, onde os números são os mais relevantes, associando-os assim ao sucesso dos alunos e ao bom posicionamento do município nos processos de avaliação externa, um dos pilares da performatividade.

No plano de governo de 2016 notamos um silenciamento não só da educação para as relações étnico-raciais, como a educação como um todo. Apesar da palavra educação, educar e aprender, se interconectarem enquanto sinônimo no decorrer do texto político.

Não ficou perceptivo o que de fato o então candidato, eleito nesse período, pensava ou planejava para a área de educação, exceto, a valorização que é dada à construção e ampliação de prédios escolares e nos momentos em que foram citados os números positivos alcançados no IDEB, relacionado à implantação das escolas de tempo integral, como principal fator para o bom índice que fora alcançado na gestão que o antecedeu, reforçando pois o discurso da performatividade.

A retórica de ambos os candidatos se funda no significante educação, aparecendo no primeiro por dez vezes, já no segundo aparece por nove vezes, excetuando as vezes em que outros significantes quiseram significá-la, como já citado aqui anteriormente, nos passando a ideia de que ela (a educação) se hegemonizou, no entanto, há que se ponderar, que de acordo com a TD, se uma identidade se torna hegemônica, torna-se pois, um significante vazio, seja pelo excesso de sentidos, seja pela falta dele.

Consideramos, precariamente, que os planos de governo analisados deixam um vazio no que se refere aos sentidos e discursos para a educação das relações étnico-raciais na educação básica na rede municipal de Brumado no período de 2012-2020, levando em consideração que de forma aprofundada, não há menção sobre a temática em nenhum dos dois documentos analisados, fato esse que nos induz a compreender que questionar uma narrativa hegemônica, branca e patriarcal faz-se necessária e urgente, mais que questionar somos impelidos(as) a pensar em contribuições efetivas no campo educacional que sejam capazes de (des)construir, (re) significar as políticas de combate ao racismo e as desigualdades raciais ainda tão fortemente presentes em nosso cotidiano.

Referências

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaira, 2020.

BALL, S. J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 15, n. 2, p. 3-23, 2002. BALL, S.J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set/dez 2004.

BALL, S.J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cad. Pesquisa**, vol. 35, n.126, p. 539-564, 2005.

BALL, S. J; MAINARDES, J. Políticas educacionais: questões e dilemas. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de implementação das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura-afro brasileira e africana. 2. ed. Brasília, MEC; SECADI, 2013a. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mec/diretrizes_curriculares_etnicorraciais__mec_2013.pdf. acesso em: 10 jun.2020.



BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Lei 9.504/97 de 20 de setembro de 1997. Tribunal Brasília: DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. acesso em: 10 jun.2020.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COELHO, G. C. A Teoria do Discurso como possibilidade epistemológica, teórica e metodológica aos ESCT: uma abordagem sobre o campo científico interdisciplinar. **Anais Simpósio Pós estruturalismo e teoria social: Ernesto Laclau e seus interlocutores**, Pelotas, 2017.

CORRÊA, S. Ideologia de gênero: rastros e significados. **Folha de S. Paulo**, 05 nov. 2017. Disponível em <https://agoraquesaolas.blogfolha.uol.com.br/2017/11/05/ideologia-de-genero-rastros-e-significados/>. Acesso em 20 jun. 2020.

DIAS, A. Tribunal Superior Eleitoral. Lei 9.504/97 de 20 de setembro de 1997. Tribunal Brasília: DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. acesso em: 10 jun.2020.

CRUZ, T. A.S; MACEDO, E. A diferença resiste à de(s)mocratização. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, Ano 24, n. 41, jan./abr. 2019.

CUNHA, K. S. A teoria do discurso como abordagem teórica e metodológica no campo das políticas públicas em educação. **Revista Estudos Políticos**, n.7, p. 258-276, 2013.

JÚNIOR, R.S. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 2. p. 229-258, 2006.

LACLAU, E.. 2002. **Misticismo, retórica y política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 128 p.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e Estratégia Socialista**. Brasília: CNPq, 2015.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia y Estrategia Socialista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2006.

LACLAU, E. Posmarxismo sin pedido de disculpas. In: LACLAU, Ernesto (orgs). **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nuevas Visión, p. 111-148, 1990.

LOPES, A. C. **A teoria do discurso na pesquisa em educação**. Recife: Ed. UFPE, 2018.

MENDONÇA, D. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e análise política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 43, n. 3, p. 249-258, set./dez. 2007.

MENDONÇA, D. Como olhar" o político" a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 1, p. 153-170, 2008.

MENDONÇA, D. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 9, p. 205-228, set- dez., 2012.

MOUFFE, C.. Por um modelo agonístico de democracia. **Rev. Sociologia Política**, n. 25, p. 165-175, jun 2005.



SALES, R. Hegemonia e pesquisa social: Implicações teórico- metodológicas da teoria política do discurso. *In*: LOPES, A. (Org). **A teoria do discurso na pesquisa em educação**. Recife: Ed. UFPE, 2018, p. 105-131.

SANTOS, P.E.P; RAMOS, A.P.B. Currículo, conhecimento e democratização: fluxos de sentido na Educação Básica. Rio de Janeiro. **Espaço do Currículo**, v.6, n.1, p.157-170, Jan/Abr. 2013.

PAVAN, R; TEDESCHI, S.L. A produção do conhecimento em educação: o Pós-estruturalismo como potência epistemológica. Ponta Grossa. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 3, p. 772-787, set./dez. 2017. Disponível em: www.revistas2uepg.br/index.php/praxiseducativa. Acesso em: 20/set.2020.

VASCONCELOS, E. Tribunal Superior Eleitoral. Lei 9.504/97 de 20 de setembro de 1997. Tribunal Brasília: DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. acesso em: 10 jun.2020.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 16 de novembro de 2021.

Artigo aprovado para publicação em: 31 de maio de 2022.